

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 509.432 - SP (2019/0132979-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
AGRAVANTE : FELIPE DOS SANTOS DE ALMEIDA
ADVOGADO : SEAN HENDRIKUS KOMPIER ABIB - SP396562
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por FELIPE DOS SANTOS DE ALMEIDA contra decisão monocrática de minha lavra que indeferiu liminarmente o *habeas corpus* (e-STJ fls. 169/171).

Na hipótese, o paciente foi preso em flagrante em 2/5/2019, prisão essa posteriormente convertida em preventiva, em razão da suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, pois foi surpreendido **na posse de 89g (oitenta e nove gramas) de crack, de 116g (cento e dezesseis gramas) de cocaína e de 194g (cento e noventa e quatro gramas) de maconha** – e-STJ fls. 23 e 49/51.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *habeas corpus* na origem buscando a revogação da prisão preventiva do ora paciente. O pleito liminar, contudo, foi indeferido (e-STJ fl. 163).

No presente *writ*, sustentou a defesa, em síntese, a ausência dos requisitos autorizadores da prisão cautelar. Aduziu, nesse sentido, que "*a fundamentação decisória se encontra somente na gravidade abstrata do delito de tráfico*" (e-STJ fl. 8).

Afirmou que "*o paciente é primário, [tem] bons antecedentes e possui residência fixa e ocupação lícita*" (e-STJ fl. 10) e que "*a cassação do decreto preventivo é a medida única para se alinhar a situação jurídica do paciente ao Império do Bom Direito*" (e-STJ fl. 12).

Pugnou, inclusive liminarmente, pela concessão da ordem para revogar a prisão preventiva do paciente.

Às e-STJ fls. 169/171, indeferi liminarmente o *habeas corpus* em

virtude do óbice contido na Súmula n. 691/STF.

Nesta oportunidade, aduz a defesa a possibilidade de afastamento do óbice contido no enunciado sumular referido, sustentando que *"o agravante está preso pelo delito de tráfico de drogas e o decreto cautelar constringe-o por vista da gravidade abstrata do delito de tráfico de drogas"*, pois *"não há nos autos quaisquer elementos de prova permissivos a compreensão da gravidade do delito ser em teor concreto, fundamentando somente o pleito na regra da abstração processual"* (e-STJ fl. 179).

Requer, ao final, a reconsideração da decisão agravada ou o provimento do presente recurso.

É o relatório.

O recurso está prejudicado.

Com efeito, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que o *habeas corpus* originário foi julgado em 6/6/2019, tendo sido denegada a ordem.

Nesse sentido, esvaziou-se a pretensão contida no presente agravo, uma vez que os fundamentos da impetração encontram-se superados em virtude da superveniência do julgamento de mérito do *writ* impetrado perante a Corte de origem.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. SÚMULA N. 691 DO STF. AFASTAMENTO. MANIFESTA ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA DA DECISÃO INEXISTENTES. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO HABEAS CORPUS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. FORMAÇÃO DE NOVO TÍTULO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O verbete sumular 691 do Supremo Tribunal Federal é afastado apenas em casos de manifesta ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, sob pena de indevida supressão de instância.

2. A superveniência do julgamento meritório do habeas corpus prejudica a impetração perante este Superior Tribunal de Justiça. Precedentes.

3. Patente necessidade de submissão da matéria ao crivo do órgão colegiado do Tribunal a quo, ante a configuração de novo título.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AgRg no HC 426.331/SP, de minha relatoria, SEXTA

TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 12/03/2018)

Ante o exposto, **julgo prejudicado o agravo regimental.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

